



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
PRESIDÊNCIA DO TRF 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 01242/2014

29/12/2014

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 5ª Região para os exercícios 2015 a 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º da Resolução CJF nº 313, de 22 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI da Justiça Federal da 5ª Região para o triênio 2015 a 2017, na forma do anexo.

Art. 2º O Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, de que trata o art. 7º da Resolução CNJ n. 182, de 17 de outubro de 2013, será elaborado em harmonia com o PDTI-CJF.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS
PRESIDENTE



**PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA
JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO
2015 – 2017**



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Desembargador Federal Francisco Wildo Lacerda Dantas
Presidente

Desembargador Federal Edílson Pereira Nobre
Vice-Presidente

Desembargador Federal Francisco Barros Dias
Corregedor-Regional

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
Diretor de Revista

Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região

Desembargador Federal Francisco Geraldo Apoliano Dias
Vice-Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região

Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães
Coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargador Federal José Maria de Oliveira Lucena
Vice-Coordenador dos J.E.F

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima
Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt



Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira
Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno
Membros efetivos

Desembargador Federal Roberto Machado
Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira
Desembargador Federal Ivan Lira
Membros convocados

João do Carmo Botelho Falcão
Diretor-Geral

João Carlos Cabral e Silva
Geraldo Alves da Silva Júnior
Grupo de Trabalho - PDTI

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Juiz Federal André Luís Maia Tobias Granja
Diretor do Foro

Juiz Federal Paulo Machado Cordeiro
Vice-Diretor do Foro

Helena Pinheiro Machado Ferreira
Diretora da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CEARÁ

Juiz Federal Leonardo Resende Martins
Diretor do Foro



Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá
Vice-Diretor do Foro

Antônio Carlos Marques
Diretor da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

Juiza Federal Helena Delgado Ramos Fialho Moreira
Diretor do Foro

Juiz Federal Rudival Gama do Nascimento
Vice-Diretor do Foro

Cícero Caldas Neto
Diretor da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira
Diretor do Foro

Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino
Vice-Diretor do Foro

Magnus Henrique de Medeiros
Diretora da Secretaria Administrativa



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Juiz Federal Carlos Rebêlo Junior
Diretor do Foro

Juiz Federal Edmilson da Silva Pimenta
Vice-Diretor do Foro

Juvanilza Menezes da Silva
Diretora da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo
Diretor do Foro

Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho
Vice-Diretor do Foro

Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli
Diretora da Secretaria Administrativa



HISTÓRICO DE REVISÃO

Versão	Data	Autor	Descrição
1.0	Nov/2014	Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Divisão de Desenvolvimento Institucional	Elaboração da proposta



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	08
2. INTRODUÇÃO.....	10
3. METODOLOGIA APLICADA.....	12
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	12
5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	15
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	16
7. DIRETRIZES.....	166
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI.....	177
9. OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PETI-JF.....	18
10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES.....	21
11. PLANO DE INICIATIVAS.....	23
12. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PDTI.....	24
13. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTI.....	25

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região apresenta o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** – **PDTI** para o período de **2015-2017**, fruto do trabalho conjunto de servidores da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, da Divisão de Desenvolvimento Institucional, de servidores das unidades de negócio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e dos Núcleos de Tecnologia da Informação e de servidores das unidades de negócio das Seções Judiciárias.

O PDTI 2015-2017 está em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça no sentido de ser um instrumento, alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, procurando estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O processo de elaboração do PDTI 2015-2017 proporcionou oportunidades para questionamentos e reflexões tanto sobre a situação atual como as possibilidades para a construção de uma situação futura congruente com a visão de futuro da Justiça Federal. Deste modo, demonstra ser um instrumento indispensável para o planejamento e a execução de ações sistêmicas e integradas objetivando contribuir com uma prestação jurisdicional célere e de qualidade, contando com o comprometimento e esforço conjunto de todos os envolvidos.



I – Objetivo

Este PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2015-2017, contemplando as necessidades da Justiça Federal da 5ª Região para o período.

II – Abrangência

As ações e metas apontadas neste documento foram definidas considerando necessidades identificadas junto às unidades administrativas e de apoio Judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e de suas Seccionais vinculadas.

III – Período de Validade e Monitoramento

O período de validade deste PDTI compreende o triênio 2015/2017. As iniciativas, metas, indicadores e resultados serão monitorados pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da 5ª Região, criado pelo Ato TRF5 Nº 00502/2013.

2. INTRODUÇÃO

Os estudos e publicações sobre melhores práticas de gestão de Tecnologia da Informação – TI recomendam que qualquer organização, seja ela pública ou privada, crie condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI. Para isso, é necessário que se elabore o planejamento das ações que a unidade de TI terá que executar alinhado aos objetivos estratégicos e metas da instituição.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e tem como objetivo identificar as ações necessárias ao alcance das metas nacionais e dos objetivos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF. O ciclo do PDTI contempla o planejamento das iniciativas para os próximos três anos, subsidiando o processo anual de elaboração da proposta orçamentária. Deverá ser revisto e atualizado anualmente, ajustando-se de acordo com as alterações efetuadas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

Os responsáveis pelo planejamento e elaboração da proposta de atualização e revisão do PDTI são as áreas de gestão da estratégia e de tecnologia da informação, além das áreas de negócios de cada órgão.

O PDTI deverá ser utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações nele contempladas, o que permitirá a tomada de medidas corretivas e preventivas, contribuindo para o alcance das metas do

Planejamento Estratégico da Justiça Federal e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

3. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia utilizada para elaboração do PDTI 2015-2017 orientou-se no PDTI 2012-2014, mas inspirou-se no:

- Modelo de Referência v. 1.0 do SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Orientações do COBIT 4.1 – *Control Objectives for Information and Related Technology* criado pela ISACA – *Information Audit and Control Association*, atualmente editado pelo *IT Governance Institute*, que serve como padrão de melhores práticas internacionais para a governança e gestão de serviços de TI.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Normativo	Descrição
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Lei nº 11.798, de 29/10/2008	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, conforme estabelecido no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal.

Normativo	Descrição
	<p>Art. 3º As atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informática, além de outras que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.</p>
Lei nº 11.419, de 19/12/2006	<p>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</p>
Decreto-lei nº 200, de 25/2/1967	<p>Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.</p>
Resolução do CJF nº 313, de 22/10/2014	<p>Dispõe sobre a Gestão Estratégica da Justiça Federal e dá outras providências.</p>
Resolução do CNJ nº 90, de 29/9/2009	<p>Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.</p>
Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009	<p>Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.</p>
Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009	<p>Dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal. Art. 2º O Sistema de Tecnologia da Informação é constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estrutura organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias. Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, compete: II – elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PDTI, em conformidade com o PETI-JUS e com o planejamento estratégico da Justiça Federal, visando ao alinhamento dos investimentos na área com os objetivos do Sistema.</p>
Resolução do CNJ nº 198, de 1/7/2014	<p>Dispõe o sobre o Planejamento e a Gestão Estratégico no âmbito do Poder Judiciário.</p>
Resolução do CJF nº 279, de 27/12/2013	<p>Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.</p>

Normativo	Descrição
	<p>Art. 2º O MCTI-JF é o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTI/MP n. 04, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo “Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI – JF”</p>
<p>Instrução Normativa – IN nº 04, de 12/11/2010 – SLTI/MP</p>	<p>Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI-JUS pelos órgãos e entidades integrantes do SISP.”</p> <p>Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade.</p>
<p>Acórdão 1.603/2008 – PLENÁRIO TCU</p>	<p>Situação da Governança de Tecnologia da Informação – TI na Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.</p>
<p>Acórdão 2.308/2011 – PLENÁRIO TCU</p>	<p>9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.</p>
<p>Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13/06/2008.</p>	<p>Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria SLTI 05/2005</p>	<p>Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.</p>

5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A seguinte tabela apresenta os documentos utilizados como apoio e referência na construção do PDTI.

ID	Documento	Descrição
DR1	Planejamento Estratégico da Justiça Federal – 2015 – 2020	Plano que descreve a estratégia e define a trajetória que a JF realizará na busca por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores, metas e iniciativas.
DR2	Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – 2015 – 2020	Plano que descreve a estratégia e define a trajetória, na área de TI, que a JF realizará por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias, relacionadas à TI, que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores e metas.
DR3	CONTROL OBJECTIVES FOR INFORMATION AND RELATED TECHNOLOGY (CobIT® 4.1)	PO1 – Definir um Plano Estratégico de TI PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio PO1.4 – Plano Estratégico de TI
DR4	ITIL – Information Technology Infrastructure Library.	Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI).
DR5	Modelo de Referência v. 1.0 do SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do	Modelo de documento para elaboração de PDTI, elaborado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

A Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009, prevê que o Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal é constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estrutura organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias.

7. DIRETRIZES

A definição das iniciativas constantes do PDTI devem considerar as seguintes diretrizes:

6.1 No caso de Desenvolvimento/Aquisição de softwares:

- a) ter compatibilidade plena com a política de segurança de informação da Justiça Federal, garantido, no mínimo, a disponibilidade, a integridade, a confiabilidade, a autenticidade e o sigilo das informações;
- b) ser desenvolvido ou instalado a partir de metodologia de desenvolvimento de software, gestão de projetos e de governança;
- c) priorizar o uso de softwares públicos, preferencialmente de código aberto, garantindo compatibilidade, conectividade e interoperabilidade com os softwares existentes;

d) garantir a priorização do desenvolvimento das soluções de Tecnologia da Informação previstas no PEJF;

Os sistemas de informação de caráter nacional, previstos no PEJF e uso obrigatório serão desenvolvidos de forma colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal, sob a coordenação do CJF.

6.2 No caso de contratação de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TI

- a) as contratações de infraestrutura de TI serão realizadas em absoluta conformidade com a Política de Nivelamento de Infraestrutura da Justiça Federal;
- b) adoção de contratações conjuntas com a participação dos órgãos da Justiça Federal.

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO - PETI

Missão

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão de tecnologia da informação da Justiça Federal é:

Garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal.

Visão

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu sua visão de tecnologia da informação para 2020:

Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções.

Valores

Segurança da informação digital;

Qualidade;

Inovação;

Economicidade;

Ética;

Transparência.

9. OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PETI-JF

Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

Indicadores	Metas
Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões	Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos clientes internos

equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas	Atingir, até 2020, 70% de satisfação dos clientes externos

Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal.

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicador	Meta
Índice de governança de TI-iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6

Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.

Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Indicadores	Metas
Quantidade de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal.	Atingir seis sistemas em 2016, sete, em 2018, e oito em 2020
Quantidade de aquisições conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	Realizar uma aquisição conjunta em 2015, duas, em 2016, três, em 2017, quatro, em 2018, cinco, em 2019 e seis, em 2020
Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, todos os órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS

O inventário de necessidades de TI foi elaborado a partir da aplicação dos seguintes questionários:

- 1 - Levantamento de necessidades de informação dos sistemas legados – Anexo I;
- 2 - Levantamento de necessidades de informação – Anexo II;
- 3 - Inventário de necessidades priorizadas e consolidadas das Unidades de Negócio – Anexo III
4. Inventário de Necessidades Priorizadas e Consolidadas do órgão – Anexo III.2;
5. Plano de iniciativas de TI – Anexo IV

A partir do Plano de Iniciativas o órgão deverá elaborar o Plano de Ação, detalhando o período de execução e custos.

10.1 Critérios de Priorização Utilizados

Os critérios de priorização das necessidades, empregados pelas áreas que responderam os questionários, basearam-se na técnica de seleção de projetos denominada GUT (Gravidade, Urgência, Tendência). Essa técnica analisa a gravidade ou impacto que as necessidades produzem quando são atendidas ou não, além de considerar a urgência no atendimento e a tendência de agravamento do problema ou de perda da oportunidade enquanto a necessidade não for atendida. Com vistas a alcançar o resultado final, cada necessidade deverá receber

uma pontuação (de 1 a 5) em cada uma das características (Gravidade, Urgência e Tendência), de acordo com a tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
5	Os prejuízos ou dificuldades são extremamente graves	É necessária uma ação imediata	Se nada for feito, a situação vai piorar rapidamente
4	Muito graves	Com alguma urgência	A situação vai piorar em pouco tempo
3	Graves	O mais cedo possível	A situação vai piorar a médio prazo
2	Pouco graves	Pode esperar um pouco	A situação vai piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Não tem pressa alguma	A situação não vai piorar

Depois de atribuída a pontuação, multiplica-se G x U x T e encontra-se o resultado, definindo assim a prioridade de cada necessidade de acordo com os pontos obtidos, conforme Anexo III. Essas necessidades, depois de priorizadas, vão gerar as metas e ações do PDTI (Anexo IV).

Para priorização das necessidades, as unidades deverão garantir que no máximo 20% destas poderão alcançar pontuação igual ou superior a 60 pontos.

O Comitê gestor do órgão, ao priorizar as iniciativas, deve considerar a matriz apresentada no Anexo III.2

11. PLANO DE INICIATIVAS

A priorização de ações de TI da Justiça Federal da 5ª Região para o triênio 2015-2017, foi elaborada a partir do resultado da etapa de inventário e classificação das necessidades. A técnica “GUT” foi aplicada para gerar as prioridades do ponto de vista das áreas demandantes.

Para consolidação das iniciativas prioritárias do órgão poderão ser considerados os seguintes aspectos: determinação legal/regulamentar; alinhamento estratégico; prazo de execução; situação da implementação; custo; investimento já realizado; pessoal disponível e capacitado.

MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DO ÓRGÃO

Critério	Descrição	Peso	Pontuação			
			1	4	7	10
I. Determinação Legal/regulamentar	Avalia se há normativo que embasa o projeto.	2	Não possui determinação legal	CJF	CNJ	Constituição Federal e legislação infraconstitucional

2. Alinhamento estratégico	Analisa se o projeto está alinhado aos objetivos estratégicos da Justiça Federal	2	Até 3 objetivos	4 até 6 objetivos	7 ou 8 objetivos	9 ou mais objetivos
3. Prazo total	Tempo necessário para finalizar o projeto.	1	Acima de 18 meses ou atrasado no prazo final ou não publicado	De 12 até 18 meses	De 6 até 12 meses	Até 6 meses
4. Situação de implementação	Percentual de implementação do projeto.	1	Até 25%	De 25% até 50%	De 50% até 75%	Acima de 75%
5. Custo de aquisição de produtos ou serviços	Orçamento necessário para aquisição de produtos ou serviços.	1	Acima de R\$ 2.000.000,00 ou não definido	De R\$ 1.000.000,00 até R\$ 2.000.000,00	De R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	Abaixo de R\$ 500.000,00
6. Investimento financeiro realizado	Valor já investido com aquisições para o projeto.	1	Até 25% ou projeto não possui custo de aquisição.	De 25% até 50%	De 50% até 75%	Acima de 75%
7. Equipe de execução	Avalia a equipe necessária para realizar as atividades do projeto	1	Não há equipe	Apenas gerente	-	Há equipe

12. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PDTI

Por contemplar as ações do órgão, a definição de uma sistemática de acompanhamento do PDTI se faz necessária para mantê-lo instrumento de planejamento e de apoio na tomada de decisões que envolvem mudanças por oportunidades, riscos ou outras questões associadas, visando sempre o atingimento das metas e objetivos propostos do PEJF e do PETI.

Para tanto foram estabelecidos os seguintes pontos de controle:

PLANO DE MONITORAMENTO

Assunto	Periodicidade da verificação	Responsável
Avaliação e acompanhamento da execução do PDTI	Semestral	CGTI e Comitê Gestor Regional
Elaboração de Projetos Básicos e acompanhamento dos processos de aquisição de bens e serviços comuns	Mensal	Área de TI do CJF
Elaboração de Projetos Básicos e acompanhamento dos processos de aquisição de bens do órgão	Mensal	Área de TI do órgão
Revisão do PDTI - Apresentação de oportunidades, riscos ou problemas para tomada de decisão.	Anual	GT
Apresentação dos resultados consolidados do PDTI.	Anual	GT
Acompanhamento do Plano de Ação Anual	Anual	Áreas de TI
Preparação para a revisão do próximo período.	Anual	GT

13. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTI

Os fatores críticos de sucesso se referem às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTI alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança do órgão. Foram identificados os principais fatores críticos:

- ✓ Participação ativa dos comitês gestores;

- ✓ monitoramento das ações associadas ao PDTI pelo GT PDI;
- ✓ Realização de revisões periódicas do PDTI para contemplar mudanças na estrutura organizacional ou alterações nas diretrizes estratégicas;
- ✓ Envolvimento e comprometimento das áreas de negócio no acompanhamento de suas ações previstas no PDTI;
- ✓ Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos;
- ✓ Apoio da alta administração do TRF5;
- ✓ Criação de política de nivelamento de infraestrutura de TI;
- ✓ Formalização e operacionalização dos processos ITIL;
- ✓ Capacitação de gestores em governança e gestão de TI.

Anexo IV - Plano de Iniciativas

ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.01	Implantação do Sistema de Patrimônio e Almoxarifado	Aquisição de nova solução integrada que atenda totalmente às exigências legais, e que seja implantado em toda a 5ª Região.	Aquisição realizada e Sistema implantado	50	80	100	n	39
I.02	Sistema e-Obras	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema e-Obras.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	40	70	100	n	129
I.03	Implantação de tecnologia de BI	Adquirir solução de BI (licença de software, implantação e treinamento), com o objetivo de apoiar a tomada de decisão dos	Aquisição realizada e software implantado	70	80	100	n	42 46 102
I.04	Ajustes e evoluções do Sistema SARH	Evolução do sistema atual, incrementando arquitetura/plataforma e promovendo a integração com os demais sistemas administrativos.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	43 51 121 125
I.05	Implantação de sistema de consultório médico	Especificar e contratar solução de consultório médico para a 5ª Região	Aquisição realizada e Sistema implantado	30	60	100	n	113
I.06	Implantação de sistema de consultório odontológico	Especificar e contratar solução de consultório odontológico para a 5ª Região	Aquisição realizada e Sistema implantado	30	60	100	n	114
I.07	Pergamus	Implantar o Pergamus - Sistema de Controle e Administração de Biblioteca, nas bibliotecas do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas	Sistema implantado	70	80	100	n	17
I.08	Implantação de sistema de corregedoria	Contratar o desenvolvimento de sistema de informações correccionais do TRF5	Aquisição realizada e Sistema implantado	80	90	100	n	98

I.09	Base de Dados do Sispat	Contratar serviço para promover o saneamento da base de dados do SISPAT (plataforma MUMPS)	Serviço contratado e realizado	50	80	100	n	38
I.10	Migração de dados do Precatório	Contratar serviço para promover a migração dos dados de precatórios parcelados da plataforma Mumps para a plataforma Oracle.	Serviço contratado e realizado	80	100	100	n	34
I.11	Ajustes e evoluções do Sistema de Precatórios	Desenvolvimento do módulo de pagamentos de precatórios e rpv.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	0	0	100	n	117
I.12	Ajustes e evoluções do Sistema Akadémus	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Administração de cursos da ESMAFE.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	99
I.13	Ajustes e evoluções do Sistema de Ponto Biométrico	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Ponto Biométrico do TRF5 e Seções Judiciárias	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	90	100	n	94 95 96 105
I.14	Ajustes e evoluções do Sistema de Folha de Pagamento	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Folha de Pagamento.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	60	90	100	n	45 46
I.15	Implantação do módulo de relatórios do e-Social	Desenvolvimento e implantação do módulo de consolidação e emissão das informações relativas a Rais, Dirf, Atuarial e	Desenvolvimento realizado e módulo implantado	90	100	100	n	52
I.16	Integração de informações com TCU	Desenvolvimento e implantação do rotina de disponibilização de informações da folha de pagamento do TRF5 ao TCU.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	50	90	100	n	130
I.17	Digitalização de Pastas Funcionais	Contratação de serviço de digitalização das pastas funcionais dos servidores da 5ª Região	Serviço contratado e realizado	60	80	100	n	83

1.18	Sistema de cursos e eventos do TRF5	Desenvolvimento e implantação de sistema de cadastro dos treinamentos internos, externos e eventos disponibilizados aos	Desenvolvimento realizado e usuário treinado	50	80	100	n	86
1.19	Evolução do Sistema de Gestão de Contratos	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Gestão de Contratos	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	90	100	n	32 122
1.20	Ajustes e evoluções do Sistema Fluxus	Evolução do sistema atual, incrementando arquitetura/plataforma e padronizando a versão das	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	35 47 103 104
1.21	Sistema e-Compras	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema e-Compras	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	70	100	n	106
1.22	Sistema Creta	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema Creta	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	8
1.23	Sistema Tebas	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema de Controle de Processos de 1ª Instância	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	9
1.24	Sistema Esparta	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema de registro e acompanhamento de processos	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	10
1.25	Sistema Atenas	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema de Jurisprudência do TRF5	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	90	100	n	107
1.26	Consulta pública a processos administrativos	Especificar e desenvolver rotina para permitir, aos usuários externos, a consulta a processos administrativos cadastrados no	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	70	90	100	n	100
1.27	Gestão Orçamentária	Especificar e desenvolver sistema de acompanhamento da proposta orçamentária e da assim como a execução dos pedidos de	Desenvolvimento realizado e sistema implantado	50	80	100	n	101
1.28	Monitoramento de Atividades	Especificar e desenvolver sistema que permita o gerenciamento dos diversos projetos e atividades atribuídos aos servidores do	Desenvolvimento realizado e sistema implantado	50	80	100	n	131

I.29	Portal da Transparência	Desenvolvimento e implantação de Portal isnitucional para disponibilização de informações da 5ª Região, possibilitando	Desenvolvimento realizado e portal implantado	50	80	100	n	132
I.30	Remoção de Magistrados	Customização e implantação do sistema de remoção de servidores implantado na JFCE	Sistema implantado	70	90	100	n	133
I.31	Reconfiguração da topologia de rede	Reconfiguração da topologia de rede do TRF5 visando ao melhor gerenciamento do ambiente	Serviço realizado	70	80	100	s	11
I.32	Correção e Inspeção	Desenvolvimento de Módulo de Correção e Inspeção	Desenvolvimento realizado	-	50	100	n	126
I.33	Implantação da política de segurança da informação	Divulgação e expansão da política de segurança para a região, e disponibilização do Portal de Segurança da Informação.	Política implantada	50	80	100	n	18
I.34	Central de Mandados	Desenvolvimento de Módulo de Central de mandados	Desenvolvimento realizado	-	50	100	n	127
I.35	Prover serviço de videoconferência	Adquirir solução e contratar suporte técnico para videoconferência.	Aquisição realizada e serviço implantado	80	90	100	s	53
I.36	Prover softwares gráficos	Adquirir licenças e treinamentos em softwares gráficos (Corel Draw, Adobe, etc, para as áreas de engenharia, editoração	Aquisição realizada e usuários treinados	80	90	100	n	80 81 116 138
I.37	Atualizar licenças Office	Adquirir e atualizar licenças do pacote Microsoft Office	Aquisição realizada	70	90	100	s	18 78 79
I.38	Garantir suporte técnico especializado	Contratar suporte técnico de 2º e 3º níveis para apoiar a equipe de infraestrutura da 5ª Região	Serviços contratados	100	100	100	s	4 29 38 53 71 77
I.39	Manter parque tecnológico atualizado	Adquirir, servidores, microcomputadores, notebooks, tablets, impressoras, switches, blades, etc, com o objetivo de	Aquisição realizada	60	70	90	s	11 19 39 (53 a 61) 87 88 89 108 109 110

1.40	Prover solução de gravação digital para áudio e vídeo	Adquirir software e contratar manutenção para a gravação em vídeo das sessões de audiência e de julgamento.	Software adquirido e serviço implantado	70	80	100	s	50
1.41	Prover e manter atualização de softwares corporativos	Adquirir atualização de licenças dos softwares de apoio utilizados na 5ª região	Aquisição realizada	40	70	90	s	5 6 20 22 23 40 (62 a 72) 90 91 92 111 112 123 124 135 136
1.42	Serviço de correio eletrônico	Contratação de solução de correio eletrônico para atendimento aos usuários da 5ª Região	Aquisição realizada e serviço implantado	80	90	100	s	41 44
1.43	Serviço de Outsourcing de impressão	Contratação de serviço de outsourcing de impressão para a 5ª Região	Serviço contratado	50	80	100	s	41
1.44	Reestruturação da rede corporativa	Adquirir ativos de rede e contratar serviços de cabeamento	Aquisição realizada e serviço contratado	70	90	100	s	76
1.45	Capacitar servidores da área de infraestrutura	Capacitar servidores da ST/DITI em gerenciamento de rede, segurança da informação, sistemas operacionais,	Capacitação realizada	80	90	100	s	75
1.46	Conscientizar usuários de TI da 5ª Região sobre a importância da segurança da informação	Promover seminários e workshops na 5ª Região, com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a importância	Melhoria Implantada	70	80	90	n	82
1.47	Adequar linhas de comunicação de dados	Contratar linhas de comunicação de dados e expansão da banda de comunicação.	Serviço contratado	70	90	100	s	139
1.48	Implantação de filtro de e-mail e Web	Adquirir solução de filtro web visando à redução de spams, melhor gerência do proxy, etc.	Solução adquirida e implantada	80	90	100	s	28
1.49	Consulta Pública a Processos Judiciais	Desenvolver rotina para unificar a consulta aos processos físicos e eletrônicos do TRF5	Desenvolvimento realizado	80	100	100	n	15
1.50	Adequação dos Data Centers (Primário e secundário)	Contratar execução de reforma dos Datacenters da 5ª Região, em virtude da criticidade do Processo Judicial Eletrônico	Serviço contratado e realizado	60	80	100	s	3 74

I.51	Adequar a infraestrutura para disponibilizar acesso à rede sem fio (wireless)	Renovar e ampliar os equipamentos e softwares para a implementação do serviço	Aquisição realizada e serviço implantado	60	80	100	s	72
I.52	Gestão de Riscos	Implantar a Gestão de Risco Institucional no TRF5	Processo de trabalho implantado	30	60	100	n	30
I.53	Implantação de processos de governança de TI	Contratar consultoria para avaliar, remodelar ou implantar e monitorar os processos de governança de TI do TRF5	Aquisição realizada e Processo de trabalho implantado	60	80	100	n	24
I.54	Gestão administrativa	Aquisição e implantação de solução de software de gestão administrativa integrada (ERP)	Aquisição realizada e Sistema implantado	20	60	100	n	7
I.55	Capacitar os servidores de TI em boas práticas e governança de TI	Capacitar os servidores de TI em boas práticas, governança e tecnologias atuais como COBIT, ITIL, PMI, etc.	Servidores capacitados	80	90	100	n	80
I.56	Capacitar os servidores de TI da área de desenvolvimento de sistemas	Capacitar os servidores de TI em disciplinas relacionadas à área de desenvolvimento de sistemas: engenharia de software.	Servidores capacitados	70	80	100	n	30
I.57	Disponibilização de Audiências na Web	Implantação de sistema de distribuição de audiências em áudio e vídeo para consulta via web	Sistema implantado	70	90	100	n	49
I.58	Gestão de projetos e processos de TI	Adquirir software e contratar consultoria para implantação de gestão de projetos e processos na 5ª Região	Aquisição realizada e serviço contratado	50	80	100	n	141
I.59	Materiais de consumo	Aquisição de materiais de consumo para a área de infraestrutura	Aquisição realizada	90	90	100	s	59
I.60	Execução de Penas Alternativas - JFRN/JFPE	Implantação dos sistemas existentes nas SJRN e SJPE para as demais Seções da 5ª Região.	Sistema implantado	100	100	100	n	97
I.61	Intervenção de Contingência	Desenvolvimento de rotina para intervenção de contingência, pela equipe de desenvolvimento, em situações emergenciais.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	100	100	100	n	37

I.62	Comunicação por voz	Aquisição de solução de comunicação por voz (VOIP)	Aquisição realizada	60	80	100	s	93
I.63	Integrações com Instituições externas	Implementar integrações necessárias ao Pje com Instituições externas (AGU, MPF, etc)	Desenvolvimento realizado	100	100	100	n	28
I.64	Aumento de Velocidade de Links	Contratação de serviço de operadora de telecomunicação	Aquisição realizada	100	100	100	s	139
I.65	Sistema Educare	Implementar melhorias nos módulos do Sistema	Melhoria Implantada	50	70	100	n	128
I.66	Cadastro de plantonistas	Implementar melhorias nos módulos do Sistema	Melhoria Implantada	50	70	100	n	145
I.67	Jurisprudência	Desenvolvimento de Módulo de Jurisprudência Web.	Desenvolvimento realizado	-	30	100	n	118
I.68	Leilão Eletrônico	Desenvolvimento de Sistema de agendamento e acompanhamento de leilões judiciais	Sistema implantado	-	30	100	n	119
I.69	Dados de Improbidade	Implementação de rotinas de cadastramento e automação do encaminhamento dos dados de improbidade existentes no Tebas.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	100	100	100	n	12 25
I.70	Processo Judicial Inteligente	Aquisição e implantação de solução de Business Intelligence (BI) para integrar os dados dos processos judiciais eletrônicos.	Aquisição realizada e serviço implantado	50	100	100	n	13
I.71	Execução de Penas Alternativas	Desenvolvimento de sistema de controle das penas alternativas no novo padrão tecnológico adotado na 5ª Região.	Desenvolvimento realizado	-	50	100	n	14
I.72	Ampliação da Estrutura de Armazenamento (Storage)	Aquisição de storages	Aquisição realizada	100	100	100	s	31

1.73	Interoperabilidade com Órgãos externos	Adequar os sistemas judiciários ao padrão MNI	Melhoria Implantada	50	80	100	n	16
1.74	Novo Código de Processo Civil	Promover adequação dos sistemas judiciais ao novo Código Civil	Melhoria Implantada	50	100	100	n	26
1.75	Certidão Penal e Certidão de Distribuição	Implementar rotina para disponibilização as certidões penais e as certidões de distribuição na WEB	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	100	100	100	n	1
1.76	Sistema de Controle e Acesso	Implantação e manutenção dos serviços de acesso e vigilância eletrônica do TRF5 e Seções Judiciárias	Serviço implantado	60	70	100	n	73
1.77	Solução de Educação à Distância	Implementação de solução de educação à distância baseada em plataforma de software livre existentes.	Serviço implantado	70	80	100	n	137
1.78	Execução de Fiscal Eletrônica	Desenvolvimento de rotina para controle e gestão das execuções fiscais do Pje	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	70	90	100	n	27
1.79	Recursos Repetitivos	Desenvolvimento de funcionalidades para controle dos Recursos Repetitivos	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	90	100	100	n	2
1.80	Link Wan de Contingência	Contratação de serviço contingencial de interligação entre trf5 e sj's	Serviço contratado	90	90	100	s	48
1.81	Consulta Processual MOBILE	Desenvolvimento de Sistema de consulta processual para smartphones	Sistema implantado	50	80	100	n	120
1.82	Jurisdição	Desenvolvimento de Sistema de Jurisdição	Sistema implantado	30	50	100	n	85
1.83	Convênios	Desenvolvimento de Sistema de gestão de convênios.	Sistema implantado	30	50	100	n	84